

**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM
O MUNICÍPIO DO SALVADOR, e o
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DA BAHIA.**

O **MUNICÍPIO DO SALVADOR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.927.801/0001-49, com sede na Praça Municipal, Palácio Thomé de Souza, s/nº, Centro, Salvador - Bahia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Dr. **ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**, brasileiro, RG [REDACTED], CPF [REDACTED] e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF sob nº 04.142.491/0001-66, com sede na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, CEP 41745004, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia, consoante art. 15, I, da Lei Complementar Estadual nº 11 d 18 de janeiro de 1996, Sua Excelência a Senhora **EDIENE SANTOS LOUSADO**, [REDACTED], nomeada por Decreto do Governador do Estado da Bahia publicado no Diário Oficial do Estado do dia 04/03/2016, resolvem firmar o presente instrumento mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto do presente Convênio a prestação recíproca de colaboração técnica e administrativa, observada as prescrições legais, previstas no art. 53 da Lei Complementar Municipal nº 01/91, mediante a cessão de servidores/empregados dos quadros de pessoal dos Convenientes.

CLÁUSULA SEGUNDA

Durante o período em que o servidor/empregado de um conveniente estiver à disposição do outro, todos os seus vencimentos ou salários e vantagens, bem assim os encargos incidentes, benefícios e outras despesas, serão integralmente ressarcidos pelo conveniente que estiver utilizando os serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para obter o ressarcimento de que trata a cláusula anterior, o conveniente cedente do servidor/empregado emitirá, no dia 30 (trinta) de cada mês, fatura na qual discriminará os vencimentos ou salários, vantagens, encargos sociais, benefícios e outras despesas, devendo o conveniente cessionário efetuar o reembolso até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao vencido.





Of. nº 2489/2018 – GPGJ
Ref.: SIMP nº 003.0.23462/2017
(Favor fazer referência a este número)

LANÇADO

CÓPIA

Salvador/BA, 18 de julho de 2018.

A sua Excelência o Senhor
ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO MAGALHÃES NETO
Prefeito de Salvador
Praça Municipal, s/nº – Palácio Thomé de Souza – Centro
SALVADOR/BA

RECEBIDO

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o respeitosamente, em atenção aos termos do Ofício nº 100/2018, alusivo à cessão da servidora EUNICE BASTOS DE OLIVEIRA, colhemos da oportunidade para comunicar a Vossa Excelência nossa concordância com os termos estabelecidos no Termo de Cooperação Técnica, ao tempo que encaminhamos 02 (duas) vias do referido Termo, devidamente assinadas, para as providências necessárias à conclusão dos procedimentos administrativos.

Destarte, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e reiteramos nossos votos de consideração e respeito.

SARA MANDRA MORAES RUSCIOLELLI SOUZA
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

Gabinete do Prefeito/Seate

Data 23 / 07 / 2018

Assinatura: sm

8.00 kb

Heverton dos Santos Campos

De: Tiago Santana Campello Ribeiro [tiago.ribeiro@mpba.mp.br]
Enviado em: terça-feira, 19 de setembro de 2017 10:48
Para: Coordenação de Contratos e Convênios; Superintendência
Cc: Heverton dos Santos Campos; Frederico Wellington Silveira Soares; Maria Paula Simoes Silva; Assessoria de Gabinete
Assunto: Convênio MPBA - Prefeitura Salvador - Cessão de pessoal
Anexos: 1604 LBT - Antônio Carlos Magalhães neto.doc, 19.19.2017 Convênio PMS X MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - Eunice Bastos Neta.doc

Prezado Heverton,
C/C SGA

Em maio de 2017 a PGJ solicitou ao Prefeito Municipal do Salvador a cessão onerosa da servidora EUNICE BASTOS DE OLIVEIRA NETA, matrícula nº [REDACTED], Assistente Social lotada na Secretaria Municipal de Saúde, PA Rodrigo Argolo, Distrito Sanitário Cabula-Beirut, a fim de ocupar cargo em comissão nesta instituição e atuar junto ao Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente - CAOCA (conforme Of. 1604/2017-GPGJ).

Após os meses iniciais e entendimentos engendrados, fui contatado pela Coordenação do CADCA para que intermediasse junto à Procuradoria do Município as providências para definitiva concretização da cessão almejada. Então, fui informado que é diretriz da administração municipal a celebração de instrumentos de cooperação para utilizar cessões dessa natureza, oportunidade em que me foi encaminhada a minuta, anexa.

Dessa forma, sendo prioritário ao Gabinete logo regularizar a situação funcional em comento, encaminho a presente solicitação de deflagração do procedimento específico para celebração do convênio em questão, encarecendo que seja impulsionado, como de praxe, observando, no possível, a máxima brevidade para conclusão.

Cordialmente,

TIAGO S. CAMPELLO Ribeiro
Assessor de Gabinete - Mat. [REDACTED]
tiago.ribeiro@mpba.mp.br
RAMAL 0416
Assessoria Técnico-Jurídica
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Missão do MPBA Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.



Of. nº 1604 /2017 - GPGJ
(Favor fazer referência a este número)

Salvador/BA, 31 de maio de 2017.

A sua Excelência o Senhor
ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO MAGALHÃES NETO
Prefeito Municipal de Salvador
Praça Municipal, s/nº - Palácio Thomé de Souza - Centro
SALVADOR/BA

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o respeitosamente, colhemos da oportunidade para encarecer a Vossa Excelência os bons préstimos no sentido de avaliar a possibilidade de cessão, sem ônus para Município de Salvador, da servidora **EUNICE BASTOS DE OLIVEIRA NETA**, matrícula nº [REDACTED] Assistente Social lotada na Secretaria Municipal de Saúde, PA Rodrigo Argoio, Distrito Sanitário Cabula-Beirut, a fim de ocupar cargo em comissão nesta instituição e atuar junto ao Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente - CAOCA, especialmente no desenvolvimento de ações dos Programas Cidadão Aprendiz e Sinaleiras - tudo na forma do art. 44 da Constituição do Estado da Bahia e arts. 53 e 54, da Lei Complementar municipal nº 1, de 15 de março de 1991, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Salvador

Vale dizer que os programas de aprendizagem e inclusão social buscam oportunizar a qualificação profissional, através de contratos de aprendizagem, a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em situação de acolhimento institucional, que cumprem medida socioeducativa em meio aberto, semiliberdade, egressos e seus familiares.

Destaque-se que através de Termo de Cooperação Técnica interinstitucional o *Parquet*, o Município de Salvador, o Ministério Público do Trabalho, Superintendência Regional do Trabalho, Defensoria Pública do Estado da Bahia, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional da Bahia, FUNDAC e Fundação Cidade Mãe uniram-se em busca de tal desiderato desde o ano de 2013.

Destarte, certos de contar com a sensibilidade de Vossa Excelência na avaliação do pedido ora veiculado, colocamo-nos a disposição para os esclarecimentos e tratativas pertinentes, ao tempo em que reiteramos nossos votos de consideração e respeito

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça

**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DO
SALVADOR, e o MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

O MUNICÍPIO DO SALVADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.927.801/0001-49, com sede na Praça Municipal, Palácio Thomé de Souza, s/nº, Centro, Salvador - Bahia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Dr. **ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**, brasileiro, RG 58.231.099-7, CPF 565.834.005-53, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, CEP 41.745-004, representado neste ato pela Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia, consoante art. 15, I, da Lei Complementar estadual nº 11 de 18 de janeiro de 1996, Sua Excelência a Senhora **EDIENE SANTOS LOUSADO**,

[REDACTED] nomeada por Decreto do Governador do Estado publicado no Diário Oficial do Estado de 04 de março de 2016, resolvem firmar o presente instrumento mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto do presente Convênio a prestação recíproca de colaboração técnica e administrativa, observada as prescrições legais, previstas no art. 53 da Lei Complementar Municipal nº 01/91, mediante a cessão de servidores/empregados dos quadros de pessoal dos Convenientes.

CLÁUSULA SEGUNDA

Durante o período em que o servidor/empregado de um conveniente estiver à disposição do outro, todos os seus vencimentos ou salários e vantagens, bem assim os encargos incidentes, benefícios e outras despesas, serão integralmente ressarcidos pelo conveniente que estiver utilizando os serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para obter o ressarcimento de que trata a cláusula anterior, o conveniente cedente do servidor/empregado emitirá, no dia 30 (trinta) de cada mês, fatura na qual discriminará os vencimentos ou salários,

As despesas que eventualmente venham a incidir sobre a prestação dos serviços, decorrentes da execução do objeto deste Convênio, serão pagas pelo conveniente cessionário.

CLÁUSULA DÉCIMA

Este Convênio poderá, a qualquer tempo de sua vigência, sofrer alteração por consentimento entre as partes, através de Termo Aditivo, preservando-se o objeto expresso na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Este Convênio entra em vigor a partir da data de sua assinatura, com vigência até o dia 31 de dezembro de 2018, retroagindo seus efeitos à data de assinatura, podendo ser denunciado, a qualquer tempo, por manifestação unilateral da parte interessada, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, no mínimo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente instrumento perderá, automaticamente, a sua validade na hipótese de descumprimento de qualquer de suas Cláusulas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Fica eleito o Foro da Comarca da Cidade do Salvador como o competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste Convênio.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o assinam, a fim de que produza os seus efeitos jurídicos.

Salvador, de de 2017.

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
Prefeito Municipal de Salvador


EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia




DESPACHO

Considerando tratar-se de minuta de Convênio de Cooperação Técnica com obrigações a serem cumpridas pela Diretoria de Administração de Recursos Humanos, encaminhe-se o expediente à mencionada Diretoria, para que se pronuncie acerca das matérias de sua competência, com posterior retorno a esta Assessoria Técnico-Jurídica, para exame e parecer.

Salvador, 28 de Setembro de 2017


Bel^a. Maria Paula Simões Silva
Assessoria Técnico-jurídica/SGA
Mat. [REDACTED]


Bel. Eduardo Loula Novais de Paula
Assessoria Técnico-jurídica/SGA
Mat. [REDACTED]



DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA/MP-BA

SIMP Nº 003.0.23462/2017

À Assessoria Técnico-Jurídico,

Em resposta ao despacho, esta DARH manifesta está de acordo com a minuta do convênio, não fazendo nenhuma objeção às cláusulas contratuais expressas.

Salientamos, entretanto, que se faz necessário que os dados bancários, CNPJ e etc., sejam fornecidos para esta DARH e DIFIM, a fim de evitar possíveis atrasos na execução do contrato.

Por fim, indicamos, também, que conste no convênio se a servidora vai ou não ocupar cargo em comissão neste MP, bem como a forma do pagamento.

Salvador, 03 de outubro de 2017.


Diretor

Diretoria de Administração de RH



PROCEDIMENTO Nº.: 003.0.23462/2017

INTERESSADO(A): MP/BA E MUNICÍPIO DE SALVADOR

ASSUNTO: CESSÃO DE SERVIDOR

EMENTA: CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. CESSÃO DE SERVIDORA DO MUNICÍPIO DE SALVADOR AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. ART. 44 DA CONSTITUIÇÃO BAIANA. ART. 53 E SEQUENTES DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 01/1991. PELA APROVAÇÃO.

PARECER Nº. 1011/2017

I - RELATÓRIO

Trata-se de minuta de Convênio de Cooperação Técnica a ser firmado entre o Ministério Público do Estado da Bahia e o Município de Salvador, cujo objeto consiste da colaboração recíproca, mediante cessão de servidores do quadro de pessoal dos convenientes.

Instrui o expediente o despacho do Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, cópia do Ofício encaminhado ao Prefeito do Município de Salvador, para avaliação da possibilidade de cessão, sem ônus para o Município de Salvador, da servidora Eunice Bastos de Oliveira, matrícula nº. [REDACTED], Assistente Social lotada na Secretaria Municipal de Saúde, minuta do Convênio de Cooperação Técnica e manifestação da Diretoria de Administração de Recursos Humanos.

II – OA CESSÃO

Inicialmente, impende assinalar que o convênio se caracteriza pelo fato de os interesses dos convenientes serem comuns e convergentes, o que o distingue de um contrato administrativo, entendimento pacífico no Tribunal de Contas da União.¹ Define a doutrina que a cessão de servidores:

¹ No contrato, os interesses das partes são divergentes e opostos, ao passo que nos convênios os partícipes têm interesses comuns e coincidentes. Nos contratos há uma reciprocidade de obrigações em decorrência de uma reciprocidade na fruição de utilidades; nos convênios há reciprocidade de interesses entre os partícipes, ainda que a colaboração entre eles possa variar de intensidade, consoante as possibilidades de cada um. Em suma, convênio e contrato são ajustes, mas, como decidiu o Supremo Tribunal Federal, convênio não é contrato (Revista Trimestral de Jurisprudência, vol. 141, p. 619). Essa é uma distinção pacífica na jurisprudência do TCU, como se depreende do assentado em variadas deliberações do Plenário, tais como o Acórdão nº 1.369/2008, Acórdão nº 936/2007, Acórdão nº 1.663/2006, Acórdão nº 1.607/2003 e Decisão nº 118/2000. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Acórdão nº. 1.457/2009, Plenário, rel. Min. Valmir Campelo.




Ante o exposto, esta Assessoria Técnico-Jurídica **aprova a minuta do presente Convênio**, resguardada a avaliação acerca dos apontamentos realizados pela Diretoria de Administração de Recursos Humanos e a conveniência e oportunidade da Administração Superior.

É o parecer, s.m.j.

Salvador, 01 de Novembro de 2017


Bel.ª Maria Paula Simões Silva
Assessoria Técnico-Jurídica/SGA
Matrícula [REDACTED]


Bel. Eduardo L. N. de Paula
Assessoria Técnico-Jurídica/SGA
Matrícula [REDACTED]

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Acolho manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica desta Superintendência exposta no Parecer nº 1011/2017.

Encaminhe-se o presente expediente à Coordenação de Contratos e Convênios, para ciência e adoção das providências necessárias.

Em 06 de novembro de 2017



Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

**Ref.: Convênio de Cooperação Técnica – Cessão de Servidor – Prefeitura
Municipal de Salvador
Simp: 003.0.23462/2017**

DESPACHO

De ordem, considerando a conclusão do trâmite administrativo necessário, remete-se o expediente à Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça para a análise sobre a conveniência e oportunidade da celebração do ajuste.

Caso seja confirmado o entendimento acerca da subscrição, observa-se a necessidade de coleta de assinatura dos representantes legais das partes em 02 (duas) vias do instrumento, conforme indicado na cláusula décima terceira do mesmo. Neste sentido, informamos que deixamos de encaminhar as vias a serem subscritas por existirem informações a serem incluídas no instrumento definitivo conforme deliberação das autoridades celebrantes (cláusula décima primeira)

Após a coleta das assinaturas, nos termos acima explanados, solicita-se a devolução do procedimento para fins de publicação e adoção das demais providências cabíveis.

Salvador, 13 de novembro de 2017.

Paula S. de Paula Marques
Paula Souza de Paula Marques
Unidade de Contratos e Convênios
Coordenação de Contratos e Convênios
Matrícula [REDACTED]



Ref.: Protocolo nº 003.0.23462/2017

DESPACHO

- Encaminhem-se as 03 (três) vias do Termo de Cooperação Técnica, devidamente assinadas pela Procuradora-Geral de Justiça, à Prefeitura de Salvador;
- Após, encaminhe-se o presente expediente à Coordenação de Contratos e Convênios para adoção das providências de praxe.

Em, 29 de novembro de 2017.

AURISVALDO MELO SAMPAIO
Procurador de Justiça
Chefe de Gabinete em exercício



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Of. nº 4225/17- GPG
Ref.: SIMP nº 003.0.23462/2017
(fazer referência a este número)

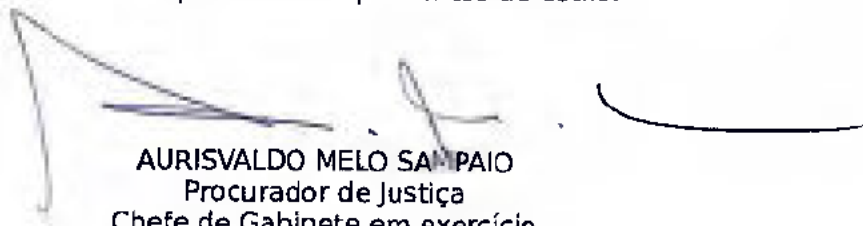
Salvador/BA, 29 de novembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto
Prefeito Municipal do Salvador
Prefeitura Municipal do Salvador: Praça Municipal, s/nº - Palácio Thomé de Souza - Centro
NESTA

Senhor Prefeito,

De ordem da Procuradora-Geral de Justiça, ao cumprimentá-lo respeitosamente, colhemos da oportunidade para encaminhar a Vossa Exa. 03 (três) vias, devidamente assinadas pela Procuradora-Geral de Justiça, do Termo de Cooperação Técnica firmado entre este Ministério Público do Estado da Bahia, e o município de Salvador, cujo objeto é a cessão da servidora EUNICE BASTOS DE OLIVEIRA NETA, matrícula nº [REDACTED], Assistente Social lotada na Secretaria Municipal de Saúde, PA Rodrigo Argolo, Distrito Sanitário Cabula-Beirut, a fim de ocupar cargo em comissão nesta instituição e atuar junto ao Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente - CAOCA, solicitando as respectivas assinaturas e posterior devolução a este Ministério Público, para realização dos trâmites de praxe.

No ensejo, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que julgar necessários, reiterando nossos respeitosos cumprimentos de estilo.



AURISVALDO MELO SAMPAIO
Procurador de Justiça
Chefe de Gabinete em exercício



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

**COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

**Ref.: Alteração em minuta – Convênio Cooperação Técnica- PMS
SIMP: 003.0.23462/2017**

DESPACHO

Retorne-se o presente à Assessoria Técnica, com alterações na minuta de Convênio de Cooperação Técnica, em virtude de solicitação da Prefeitura Municipal de Salvador, para análise e manifestação.

Salvador, 12 de junho de 2018.

Paula S. de Paula Marques
Paula Souza de Paula Marques
Unidade de Contratos e Convênios
Coordenação de Contratos e Convênios
Matrícula nº [REDACTED]

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM
O MUNICÍPIO DO SALVADOR, e o
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DA BAHIA.

O MUNICÍPIO DO SALVADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.927.801/0001-49, com sede na Praça Municipal, Palácio Thomé de Souza, s/nº, Centro, Salvador – Bahia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Dr. **ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**, brasileiro, RG 58.231.099-7, CPF 565.834.005-53, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF sob nº 04.142.491/0001-66, com sede na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, CEP 41745004, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia, consoante art. 15, I, da Lei Complementar Estadual nº 11 d 18 de janeiro de 1996, Sua Excelência a Senhora **EDIENE SANTOS LOUSADO**,

EDILENE SANTOS LOUSADO, nomeada por Decreto do Governador do Estado da Bahia publicado no Diário Oficial do Estado do dia 04/03/2016, resolvem firmar o presente instrumento mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto do presente Convênio a prestação recíproca de colaboração técnica e administrativa, observada as prescrições legais, previstas no art. 53 da Lei Complementar Municipal nº 01/91, mediante a cessão de servidores/empregados dos quadros de pessoal dos Convenientes.

CLÁUSULA SEGUNDA

Durante o período em que o servidor/empregado de um conveniente estiver à disposição do outro, todos os seus vencimentos ou salários e vantagens, bem assim os encargos incidentes, benefícios e outras despesas, serão integralmente ressarcidos pelo conveniente que estiver utilizando os serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para obter o ressarcimento de que trata a cláusula anterior, o conveniente cedente do servidor/empregado emitirá, no dia 30 (trinta) de cada mês, fatura na qual discriminará os vencimentos ou salários, vantagens, encargos sociais, benefícios e outras despesas, devendo o conveniente cessionário efetuar o reembolso até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA QUARTA

Na hipótese de ocorrer majoração de vencimentos, salários, ou alteração de encargos sociais e benefícios, pertinentes ao pessoal cedido, seja por imposição legal, promoção ou reestruturação do quadro funcional do conveniente cedente, o ônus resultante será transferido ao conveniente cessionário.

CLÁUSULA QUINTA

O servidor/empregado que vier a ser colocado à disposição em função deste Convênio, não terá qualquer vínculo funcional permanente ou empregatício com o conveniente cessionário, mantendo, na sua inteireza, o seu vínculo funcional estatutário ou contrato de trabalho com o conveniente cedente.

CLÁUSULA SEXTA

O controle da frequência do servidor/empregado cedido será encaminhado ao órgão/entidade de origem, com base em informação mensal do órgão/entidade que estiver se beneficiando da prestação do trabalho do servidor/empregado.

CLÁUSULA SÉTIMA

A solicitação de cessão/disposição e devolução do servidor, nos termos do presente Convênio, processar-se-á, mediante Ofício emitido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou Procuradora Geral de Justiça do Estado da Bahia.

Parágrafo único

O atendimento ao pedido de cessão/disposição do servidor far-se-á, exclusivamente, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal e Procuradora Geral de Justiça do Estado da Bahia.

CLÁUSULA OITAVA

Fica resguardado aos convenientes o direito de solicitar, a qualquer tempo, o retorno do servidor que for posto à disposição, devendo, neste caso, manifestar-se a respeito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA

As despesas que eventualmente venham a incidir sobre a prestação dos serviços, decorrentes da execução do objeto deste Convênio, serão pagas pelo conveniente cessionário.

α

CLÁUSULA DÉCIMA

Este Convênio poderá, a qualquer tempo de sua vigência, sofrer alteração por consentimento entre as partes, através de Termo Aditivo, preservando-se o objeto expresso na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Este Convênio entra em vigor a partir da data de sua assinatura, com vigência até o dia 31 de dezembro de 2019, podendo ser denunciado, a qualquer tempo, por manifestação unilateral da parte interessada, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, no mínimo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente instrumento perderá, automaticamente, a sua validade na hipótese de descumprimento de qualquer de suas Cláusulas.

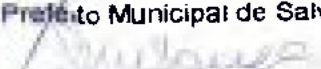
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Fica eleito o Foro da Comarca da Cidade do Salvador como o competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste Convênio.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o assinam, a fim de que produza os seus efeitos jurídicos.

Salvador, 7 de agosto de 2018.


ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
Prefeito Municipal de Salvador


EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia.
Sara Mandra M. Rueden Góes
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta

TESTEMUNHAS:

CONVÊNIOS

A INETE - JOSEFITH - G&P

RESUMO

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO SALVADOR, E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

OBJETO: Prestação recíproca de colaboração técnica e administrativa, mediante a cessão de servidores empregados dos quadros de pessoal das Convenientes.

DATA DA ASSINATURA: 27/08/2018

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2019

ASSINAM: ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
Prefeito Municipal de Salvador

EDILENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia

OBJETO

DATA DA ASSINATURA:

ASSINAM:

RESUMO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DO SALVADOR E O MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DE JESUS

Prorrogar o prazo de vigência estabelecido na Cláusula Décima Primeira do Convênio celebrado em 20/02/2017, cujo objeto é a prestação recíproca de colaboração técnica e administrativa, mediante a cessão de servidores empregados dos quadros de pessoal do Município de Salvador e do Município de Santo Antônio do Jesus por 12 (doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 23/07/2018

ASSINAM: ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
Prefeito Municipal de Salvador

ANDRÉ ROBERTO DE ARAÚJO ANDRADE
Prefeito Municipal de Santo Antônio do Jesus

EDITAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEMFAZ

EDITAL

A Coordenadora de Cadastro da Secretaria Municipal da Fazenda, em cumprimento ao disposto no Artigo 293 § 3º, parágrafo 4º, da Lei 7.188/86, notifica os contribuintes abaixo relacionados a comparecerem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste edital, à SEFAZ na Rua das Vassouras nº 31, Centro, nesta capital, no horário de 09:00 h às 17:00 h, de 2ª a 6ª feira, para apresentação de documentos indicados na consulta específica dos processos respectivos no site www.sefa.salvador.ba.gov.br/Servicos/Consultas/Processos. Em caso de não comparecimento, o processo será arquivado.

PROCESSO	CONTRIBUENTE	ASSUNTO
23068/2018	ADNALDO ALEXANDRO DE SOUZA	R. A. CONSTRUÇÃO
14277/2018	JOCIMAR FREITAS	R. A. DE TERREIRO
2796	JOSILSON ROSA DE SOUZA	P. LANCAMENTO
14407	RAMON GONCALVES DOS SANTOS	DESMEMBRAMENTO
7	JOSEILSON MARTINS DE JESUS	DESMEMBRAMENTO
18047/2017	OLIVETTO GONCALVES PEREIRA	R. A. DE TERREIRO
	COSTA	DESMEMBRAMENTO
	ORTYNO SILVA	DESMEMBRAMENTO
62470	MARIA DE OLIVEIRA LIMA MENEZES	DESMEMBRAMENTO
13830/2017	MARIA BETANIA BOMFIM SILVA	DESMEMBRAMENTO
13880/2017	ELIANA DIAS DE SILVA	DESMEMBRAMENTO
	ANDRÉ LOPES SALES	CANCELAMENTO
	CRISTINA MOURA DE OLIVEIRA	DESMEMBRAMENTO
14080/2017	MARLETE APARECIDA SANTOS	DESMEMBRAMENTO
17611/2017	ERIKA GRAZIELE DE SOUZA CARDOSO	DESMEMBRAMENTO
13880/2017	MARIA DE LOURDES SALES	DESMEMBRAMENTO
17607/2017	MARIA DE LOURDES AZEVEDO	DESMEMBRAMENTO
9544/2017	MARCELO ERICSON GONZALEZ	R. A. CONSTRUÇÃO
7903	DIRENE DE OLIVEIRA	R. A. CONSTRUÇÃO
14037/2018	FERNANDA TELES DE SOUZA	R. A. CONSTRUÇÃO
8710/2017	ROBERTO DA SILVA PAULO JUNIOR	ATUALIZAÇÃO
27058/2018	ALEZIO BISPO DA SILVA	TRANSF. TRIBUT.
34988/2018	CRONIANA BERRY DE SOUZA	TRANSF. TRIBUT.

Salvador, 07 de Agosto de 2018.

DILSON TANAJURA MOREIRA
Coordenador de Cadastro

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA - SEMPS

CONVOCAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2018

O MUNICÍPIO DO SALVADOR, por intermédio da Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza - SEMPS, com base no art. 176 da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 13.014 de 07 de julho de 2014, alterada pela Lei 13.244/2015, Decreto Municipal 29.129/2017 e no 10 de novembro de 2017, vem através desta, CONVOCAR a OSC selecionada abaixo, para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir desta publicação, apresentar o seu plano de trabalho e a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração de parceria e de que não incorre nos impedimentos legais (arts. 20, caput, 31, 3A e 30 da Lei nº 13.014, de 2014), conforme determina o Edital de Chamamento Público 004/2018, em seu item 6.

MODALIDADE CASA DE SABIDORIA

1º CRÊMIO ESPÍRITA PERSEVERANÇA E CARIDADE (CEPEC)

2º CENTRO COMUNITÁRIO BATISTA CLERISTON ANDRADE (CECOM)

Salvador, 07 de agosto de 2018

ISNARD PIMENTA DE ARAÚJO
Secretário

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA APRESENTAÇÃO DE SOLUÇÕES INOVADORAS - PITCH SALVADOR Nº 001/2018 - SEMPS

A Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza - SEMPS CONVOCA os interessados responsáveis pelas soluções inovadoras abaixo relacionadas, aprovadas no Edital de Chamamento Público para apresentação de Soluções Inovadoras - Pitch Salvador Nº 001/2018. Sempre nos termos do art. 9º do Decreto nº 18.520/2018, visando a realização do teste das soluções no âmbito da Prefeitura Municipal do Salvador, a se apresentar na sede do SEMPS, situada à Rua Miguel Edmon, 73 - Comércio - CEP 40015-010, Salvador-BA, nas datas de 13 a 15 de agosto de 2018 no horário das 08:00 às 11:30h e das 13:30 às 16:00h, para assinatura do Acordo de Cooperação, mediante a seguinte documentação original e copia:

- Carteira da Identidade da representação legal;
- Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal;
- Cadastro Nacional do Pessoa Jurídica - CNPJ;
- Comprovante de residência ou comercial com CEP;
- Comprovante de endereço residencial ou comercial com CEP.

INSCRIÇÃO	SOLUÇÃO	STARTUP
3018122	INOVAB	JUNGLS CONSULTORIA E SOL. SOCIAIS LTDA.
2018130	PORTABILIS SAS	PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA.

Gabinete da Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza

Salvador, 07 de agosto de 2018.

ISNARD PIMENTA DE ARAÚJO
Secretário

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO FINAL DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2018

O Secretário de Promoção Social e Combate à Pobreza, através da Comissão de Seleção Instituída pela Portaria nº 919/2018, usando das atribuições legais, faz saber que tendo em vista a conclusão dos trabalhos de realização do Chamamento Público 004/2018, não havendo pendências quanto aos recursos de acordo com os prazos legais, resolve ratificar e HOMOLOGAR O RESULTADO FINAL do Chamamento Público 004/2018, na conformidade do Edital Publicado.

RESULTADO FINAL DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2018		
MODALIDADE: CASA DA SABIDORIA		
INSCRIÇÃO	SOLUÇÃO	NOTA FINAL
3018122	CEPEC	9,5
2018130	CECOM	7,5

Salvador, 07 de agosto de 2018

ISNARD PIMENTA DE ARAÚJO
Secretário

**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM
O MUNICÍPIO DO SALVADOR, e o
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DA BAHIA.**

O **MUNICÍPIO DO SALVADOR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.927.801/0001-49, com sede na Praça Municipal, Palácio Thomé de Souza, s/nº, Centro, Salvador - Bahia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Dr. **ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**, brasileiro, RG [REDACTED] CPF [REDACTED], e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF sob nº 04.142.491/0001-66, com sede na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, CEP 41745004, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia, consoante art. 15, I, da Lei Complementar Estadual nº 11 d 18 de janeiro de 1996, Sua Excelência a Senhora **EDIENE SANTOS LOUSADO**, [REDACTED], nomeada por Decreto do Governador do Estado da Bahia publicado no Diário Oficial do Estado do dia 04/03/2016, resolvem firmar o presente instrumento mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto do presente Convênio a prestação recíproca de colaboração técnica e administrativa, observada as prescrições legais, previstas no art. 53 da Lei Complementar Municipal nº 01/91, mediante a cessão de servidores/empregados dos quadros de pessoal dos Convenientes.

CLÁUSULA SEGUNDA

Durante o período em que o servidor/empregado de um conveniente estiver à disposição do outro, todos os seus vencimentos ou salários e vantagens, bem assim os encargos incidentes, benefícios e outras despesas, serão integralmente ressarcidos pelo conveniente que estiver utilizando os serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para obter o ressarcimento de que trata a cláusula anterior, o conveniente cedente do servidor/empregado emitirá, no dia 30 (trinta) de cada mês, fatura na qual discriminará os vencimentos ou salários, vantagens, encargos sociais, benefícios e outras despesas, devendo o conveniente cessionário efetuar o reembolso até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao vencido.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Ref.: Convênio de Cooperação Técnica – Prefeitura
Municipal de Salvador – Cessão de Servidor
Procedimento SIMP nº 003.0.2364/2017 e 17617/2018

DESPACHO

De ordem, considerando a conclusão do trâmite administrativo necessário, remete-se o expediente à Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça para a análise sobre a conveniência e oportunidade da celebração do ajuste.

Caso seja confirmado o entendimento acerca da subscrição, solicitamos sejam adotadas as providências necessárias à coleta de assinatura das ilustre representante deste parquet, em duas vias do instrumento que seguem anexas.

Cumprida a diligência supra referida, solicita-se a devolução do procedimento para adoção das demais providências cabíveis.

Paula S. de Paula Marques
Paula Souza de Paula Marques

Unidade de Contratos e Convênios
Coordenação de Contratos e Convênios
Superintendência de Gestão Administrativa
Mat. Nº [REDACTED]

Ofício nº 100 / 18

Salvador, 11 de junho de 2018

A Sua Excelência a Senhora
EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia
5º Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - Salvador -BA
CEP: 41.745-004

Ministério Público do Estado da Bahia
Procuradoria-Geral de Justiça
Número **003.0.17617/2018** Original
Data: 15/6/2018 Hora: 14.48

Senhora Procuradora,

Qt.Vol... Recebido por: edsonsantos

Ao cumprimentá-la, em atenção ao **ofício nº 1604/2017 GPGJ**, o qual solicita a cessão da servidora EUNICE BASTOS DE OLIVEIRA, Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para ocupar cargo em comissão nessa instituição e atuar junto ao Centro de Apoio Operacional da Criança e Adolescente - CAOCA, preliminarmente vimos esclarecer que devido ao atendimento das diligências afim de atender o pleito, a tramitação administrativa se estendeu por tempo demasiado.

Neste caso, se há interesse ainda na referida cessão, encaminhamos para apreciação de Vossa Excelência, 02 (duas) vias de Termo de Convênio de Cooperação Técnica, atualizado, solicitando-lhe que, havendo concordância com os termos estabelecidos, nos seja devolvido as respectivas vias para assinatura do Chefe do poder Executivo, e posterior conclusão dos procedimentos administrativos.

Atenciosamente,


Antonio Carlos Peixoto de Magalhães Neto
Prefeito

**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM
O MUNICÍPIO DO SALVADOR, e o
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DA BAHIA.**

O **MUNICÍPIO DO SALVADOR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.927.801/0001-49, com sede na Praça Municipal, Palácio Thomé de Souza, s/nº, Centro, Salvador - Bahia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Dr. **ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**, brasileiro, RG [REDACTED] CPF [REDACTED], e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF sob nº 04.142.491/0001-66, com sede na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, CEP 41745004, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia, consoante art. 15, I, da Lei Complementar Estadual nº 11 d 18 de janeiro de 1996, Sua Excelência a Senhora **EDIENE SANTOS LOUSADO**, matrícula nº [REDACTED] brasileira, RG nº [REDACTED] CPF [REDACTED], nomeada por Decreto do Governador do Estado da Bahia publicado no Diário Oficial do Estado do dia 04/03/2016, resolvem firmar o presente instrumento mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto do presente Convênio a prestação recíproca de colaboração técnica e administrativa, observada as prescrições legais, previstas no art. 53 da Lei Complementar Municipal nº 01/91, mediante a cessão de servidores/empregados dos quadros de pessoal dos Convenientes.

CLÁUSULA SEGUNDA

Durante o período em que o servidor/empregado de um conveniente estiver à disposição do outro, todos os seus vencimentos ou salários e vantagens, bem assim os encargos incidentes, benefícios e outras despesas, serão integralmente ressarcidos pelo conveniente que estiver utilizando os serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para obter o ressarcimento de que trata a cláusula anterior, o conveniente cedente do servidor/empregado emitirá, no dia 30 (trinta) de cada mês, fatura na qual discriminará os vencimentos ou salários, vantagens, encargos sociais, benefícios e outras despesas, devendo o conveniente cessionário efetuar o reembolso até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA QUARTA

Na hipótese de ocorrer majoração de vencimentos, salários, ou alteração de encargos sociais e benefícios, pertinentes ao pessoal cedido, seja por imposição legal, promoção ou reestruturação do quadro funcional do conveniente cedente, o ônus resultante será transferido ao conveniente cessionário.

CLÁUSULA QUINTA

O servidor/empregado que vier a ser colocado à disposição em função deste Convênio, não terá qualquer vínculo funcional permanente ou empregatício com o conveniente cessionário, mantendo, na sua inteireza, o seu vínculo funcional estatutário ou contrato de trabalho com o conveniente cedente.

CLÁUSULA SEXTA

O controle da frequência do servidor/empregado cedido será encaminhado ao órgão/entidade de origem, com base em informação mensal do órgão/entidade que estiver se beneficiando da prestação do trabalho do servidor/empregado.

CLÁUSULA SÉTIMA

A solicitação de cessão/disposição e devolução do servidor, nos termos do presente Convênio, processar-se-á, mediante Ofício emitido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou Procuradora Geral de Justiça do Estado da Bahia.

Parágrafo único

O atendimento ao pedido de cessão/disposição do servidor far-se-á, exclusivamente, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal e Procuradora Geral de Justiça do Estado da Bahia.

CLÁUSULA OITAVA

Fica resguardado aos convenientes o direito de solicitar, a qualquer tempo, o retomo do servidor que for posto à disposição, devendo, neste caso, manifestar-se a respeito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA

As despesas que eventualmente venham a incidir sobre a prestação dos serviços, decorrentes da execução do objeto deste Convênio, serão pagas pelo conveniente cessionário.

CLÁUSULA DÉCIMA

Este Convênio poderá, a qualquer tempo de sua vigência, sofrer alteração por consentimento entre as partes, através de Termo Aditivo, preservando-se o objeto expresso na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Este Convênio entra em vigor a partir da data de sua assinatura, com vigência até o dia 31 de dezembro de 2019, podendo ser denunciado, a qualquer tempo, por manifestação unilateral da parte interessada, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, no mínimo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente instrumento perderá, automaticamente, a sua validade na hipótese de descumprimento de qualquer de suas Cláusulas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Fica eleito o Foro da Comarca da Cidade do Salvador como o competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste Convênio.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o assinam, a fim de que produza os seus efeitos jurídicos.

Salvador, de de 2018.

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
Prefeito Municipal de Salvador

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia,
Sara Mandra M. Ruscionei Souza
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta

TESTEMUNHAS:



Of. nº 248/2018 – GPGJ

Ref.: SIMP nº 003.0.23462/2017

(Favor fazer referência a este número)

Salvador/BA, 18 de julho de 2018.

A sua Excelência o Senhor

ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO MAGALHÃES NETO

Prefeito de Salvador

Praça Municipal, s/nº - Palácio Thomé de Souza - Centro

SALVADOR/BA

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o respeitosamente, em atenção aos termos do Ofício nº 100/2018,clusivo à cessão da servidora EUNICE BASTOS DE OLIVEIRA, colhemos da oportunidade para comunicar a Vossa Excelência nossa concordância com os termos estabelecidos no Termo de Cooperação Técnica, ao tempo que encaminhamos 02 (duas) vias do referido Termo, devidamente assinadas, para as providências necessárias à conclusão dos procedimentos administrativos.

Destarte, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e reiteramos nossos votos de consideração e respeito.

SARA MANDRA MORAES RUSCIOLELLI SOUZA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

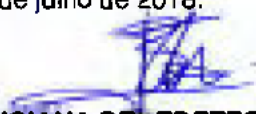


Ref.: Protocolo nº 003.0.23462/2017

DESPACHO

- De ordem do Chefe de Gabinete, encaminhe-se o presente expediente à Coordenação de Contratos e Convênios, para conhecimento das providências adotadas por esta Procuradoria Geral de Justiça e seu devido acompanhamento.

Em, 19 de julho de 2018.


LUCIANA BE EDETTO TORRES
Assessoria Técnico-Jurídica
Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça
Mat.: [REDACTED]

**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM
O MUNICÍPIO DO SALVADOR, e o
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DA BAHIA.**

O **MUNICÍPIO DO SALVADOR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.927.801/0001-49, com sede na Praça Municipal, Palácio Thomé de Souza, s/nº, Centro, Salvador - Bahia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Dr. **ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**, brasileiro, RG [REDACTED] CPF [REDACTED], e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF sob nº 04.142.491/0001-66, com sede na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, CEP 41745004, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia, consoante art. 15, I, da Lei Complementar Estadual nº 11 d 18 de janeiro de 1996, Sua Excelência a Senhora **EDIENE SANTOS LOUSADO**, matrícula nº [REDACTED] brasileira, RG nº [REDACTED], CPF [REDACTED], nomeada por Decreto do Governador do Estado da Bahia publicado no Diário Oficial do Estado do dia 04/03/2016, resolvem firmar o presente instrumento mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto do presente Convênio a prestação recíproca de colaboração técnica e administrativa, observada as prescrições legais, previstas no art. 53 da Lei Complementar Municipal nº 01/91, mediante a cessão de servidores/empregados dos quadros de pessoal dos Convenientes.

CLÁUSULA SEGUNDA

Durante o período em que o servidor/empregado de um conveniente estiver à disposição do outro, todos os seus vencimentos ou salários e vantagens, bem assim os encargos incidentes, benefícios e outras despesas, serão integralmente ressarcidos pelo conveniente que estiver utilizando os serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para obter o ressarcimento de que trata a cláusula anterior, o conveniente cedente do servidor/empregado emitirá, no dia 30 (trinta) de cada mês, fatura na qual discriminará os vencimentos ou salários, vantagens, encargos sociais, benefícios e outras despesas, devendo o conveniente cessionário efetuar o reembolso até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA QUARTA

Na hipótese de ocorrer majoração de vencimentos, salários, ou alteração de encargos sociais e benefícios, pertinentes ao pessoal cedido, seja por imposição legal, promoção ou reestruturação do quadro funcional do conveniente cedente, o ônus resultante será transferido ao conveniente cessionário.

CLÁUSULA QUINTA

O servidor/empregado que vier a ser colocado à disposição em função deste Convênio, não terá qualquer vínculo funcional permanente ou empregatício com o conveniente cessionário, mantendo, na sua inteireza, o seu vínculo funcional estatutário ou contrato de trabalho com o conveniente cedente.

CLÁUSULA SEXTA

O controle da frequência do servidor/empregado cedido será encaminhado ao órgão/entidade de origem, com base em informação mensal do órgão/entidade que estiver se beneficiando da prestação do trabalho do servidor/empregado.

CLÁUSULA SÉTIMA

A solicitação de cessão/disposição e devolução do servidor, nos termos do presente Convênio, processar-se-á, mediante Ofício emitido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou Procuradora Geral de Justiça do Estado da Bahia.

Parágrafo Único

O atendimento ao pedido de cessão/disposição do servidor far-se-á, exclusivamente, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal e Procuradora Geral de Justiça do Estado da Bahia.

CLÁUSULA OITAVA

Fica resguardado aos convenientes o direito de solicitar, a qualquer tempo, o retorno do servidor que for posto à disposição, devendo, neste caso, manifestar-se a respeito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA

As despesas que eventualmente venham a incidir sobre a prestação dos serviços, decorrentes da execução do objeto deste Convênio, serão pagas pelo conveniente cessionário.

CLÁUSULA DÉCIMA

Este Convênio poderá, a qualquer tempo de sua vigência, sofrer alteração por consentimento entre as partes, através de Termo Aditivo, preservando-se o objeto expresso na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

* Este Convênio entra em vigor a partir da data de sua assinatura, com vigência até o dia 31 de dezembro de 2019, podendo ser denunciado, a qualquer tempo, por manifestação unilateral da parte interessada, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, no mínimo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente instrumento perderá, automaticamente, a sua validade na hipótese de descumprimento de qualquer de suas Cláusulas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Fica eleito o Foro da Comarca da Cidade do Salvador como o competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste Convênio.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o assinam, a fim de que produza os seus efeitos jurídicos.

Salvador, de de 2018.

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
Prefeito Municipal de Salvador

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia.

TESTEMUNHAS:



Ref.: Procedimento nº 003.0.23462/2017

DESPACHO

Com relação à nova minuta do Convênio de Cooperação Técnica, esta Assessoria Técnico-Jurídica manifesta-se no sentido de opinar pela aprovação do novo texto, ratificando o Parecer nº 1011/2017.

Em 12 de julho de 2018.

Bel^a. Maria Paula Simões Silva
Assessora de Gabinete
Matrícula [REDACTED]



DESPACHO

Acolho despacho de fls. retro da Assessoria Técnico-Jurídica desta Superintendência, pelos fundamentos expostos.

Encaminhe-se o presente expediente à Central de Contratos e Convênios para ciência e adoção das providências necessárias.

Em 13 de julho de 2018



Frederico Wellington Silva da Soares
Superintendente de Gestão Administrativa